

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LUCAS HENRIQUE DA CUNHA

**O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO SÉC. XX**

Florianópolis

2020

LUCAS HENRIQUE DA CUNHA

**O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO SÉC XX**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Santana Vasconcelos

Florianópolis

2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOCONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Lucas Henrique da Cunha na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Daniel de Santana Vasconcelos

---

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos

---

Msc. Rafaella de Oliveira Assis

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2020.

*Ao meu irmão mais novo:  
Lorenzo da Silveira Becker.*

## AGRADECIMENTOS

Dentro da Universidade Federal de Santa Catarina pude abrir minha mente para novos paradigmas da vida. Esses paradigmas foram: políticos, sociais e econômicos. Tive a oportunidade de conviver com pessoas completamente diferentes de mim e que possuem uma experiência de vida completamente diferente da minha. Isso foi uma experiência nova, tendo em vista que eu fui uma criança e um adolescente de escola particular.

Sendo assim, eu gostaria de agradecer, primeiramente, a todos aqueles que acompanharam meu dia a dia dentro do Centro Socioeconômico, em especial a galera do banquinho. Essas pessoas maravilhosas foram meus únicos amigos dentro do curso de ciências econômicas, porém graduaram antes de mim. Tenho um grande apreço por eles, pois sempre conseguiram me apoiar em momentos difíceis da minha vida acadêmica. Desse grupo gostaria de deixar um grande abraço a Ana Líria, minha primeira amiga na UFSC, com quem compartilhei muitos momentos de estudo e também muitos momentos de risada.

Ainda dentro do curso, gostaria de agradecer ao professor Silvio que enxergou meu potencial para trabalhos dissertativos. Ao professor Daniel que sempre teve uma grande prontidão em solucionar as minhas dúvidas em relação ao curso e às matérias em que fui seu discente. Ao professor Gueibi que sempre me ajudou a estimular algo em que eu sou muito bom, a oratória. E por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu orientador, Daniel, que já foi mencionado anteriormente. O professor Daniel me acolheu em um momento que eu já estava perdendo minhas esperanças nessa conclusão de graduação tão esperada. Inúmeras trocas de mensagens e e-mails que conseguiram me acalantar e me ajudaram a terminar esse projeto. Posso dizer, com toda a certeza, que em nosso departamento ele é o mais solícito do corpo docente.

Caminharam junto comigo muitos amigos, a quem sou eternamente grato: as Anetes, amigos de longa data que presenciaram meu início na UFSC e que abriram meus olhos para enxergar melhor todas as questões do mundo LGBTQ+, seja numa visão mais empírica de experiências da vida, ou seja de uma forma mais acadêmica. Fico feliz de ter tido a oportunidade de fazer o caminho contrário também. Dentro desse grupo gostaria de deixar um obrigado especial aos meu amigo Raphael, amigo que sempre pude conversar sobre tudo e aprender muito também. E ao Adriano, que sempre abriu as portas para aprender mais sobre a diversidade do mundo, tão querido pela minha família que é padrinho do meu irmão mais novo. Agradeço também a Família Bagaceira, grupo que apareceu mais ao final da minha graduação, apesar de alguns de seus componentes serem meus amigos de longa data. Esse

grupo mais próximo a UFSC conseguiu trazer para mais perto de mim a experiência universitária fora da universidade, tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis e conhecer lugares novos ao lado deles. Deixa um beijo para minha amiga Kadhiny, um doce de pessoa que nunca mediu esforços para me ajudar de todas as formas possíveis. Fora desses grupos eu gostaria de agradecer minha amiga Carol, minha confidente, pessoa que pude sempre compartilhar tudo o que ocorre na minha vida sem julgamentos enquanto comemos sushi. Agora, não posso não deixar meu muito obrigado à minha amiga Deisy. Minha amiga de maior longa data, nos conhecemos há quase 20 anos. Nossa amizade sempre se mantém forte não importa o quanto tempo passamos longe um do outro.

Aos meus muitos irmãos, deixo um abraço, porém um mais apertado para o Victor, que cresceu comigo. Agradeço a minha vó, Leila, que sempre esteve presente na minha vida, minha grande amiga de passeios pelo bairro, que nesses últimos anos vem me dando um suporte inexplicável que cooperou para a finalização desse ciclo que é a graduação. Gostaria de agradecer imensamente ao meu tio, Carlos, que hoje não vive mais conosco, mas que por muitos anos foi meu segundo pai. Justamente agradeço a minha Tia Denise, que sempre esteve presente na minha vida, e em especial, na vida da minha mãe. Ao meu primo Raphael, também agradeço, crescemos juntos e apesar de termos trilhado caminhadas diferentes estamos sempre conectados de alguma forma.

Eu nunca acreditei em meritocracia, minha visão é de que nós não conquistamos nada sozinhos, sempre existe alguém por trás que nos impulsiona para o mundo, para o sucesso, da melhor forma que pode. Dessa maneira, eu gostaria de agradecer aos meus pais, Sérgio e Scheila. Ambos puderam me proporcionar um estilo de vida muito bom. Nunca me faltou nada, sempre me alimentei bem, me vesti bem, estudei nos melhores colégios e meu lazer sempre ocorreu nos melhores lugares aqui da cidade de Florianópolis. Então, agradeço-os, porque sei que não são todos que podem ter pais que os suportem dessa forma. Meus pais me colocaram um passo à frente na corrida pelo sucesso. Em especial, quero deixar meu maior muito obrigado de todos para minha mãe. Eu poderia escrever inúmeras páginas para descrever o quão grato eu sou a ela. Minha mãe sempre foi o grande pilar que sustenta a minha vida, minha melhor amiga. Sempre me apoiou e me incentivou em todas as escolhas que eu fiz até hoje. É um pouco difícil de escrever a importância do quanto que essa liberdade que ela me proporcionou durante a minha criação me fez a pessoa feliz comigo mesmo que eu sou hoje. Te amo muito.

Além de todas essas pessoas incríveis que me acompanharam durante essa jornada eu gostaria de agradecer muito ao meu tio Denyo. Por muitos anos até a sua aposentadoria ele

representou a Universidade Federal de Santa Catarina dentro da minha família com muito orgulho e posso dizer hoje que ele ainda é uma grande inspiração para os próximos passos da minha vida. Por fim, eu gostaria de dedicar esse trabalho à minha bisavó, Delza. Você não pode estar aqui em corpo para comemorar comigo essa conclusão. Mas dentro do meu coração você está muito feliz e dizendo: Parabéns, Luquinha!

*Se há algum segredo de sucesso, consiste ele na habilidade de aprender o ponto de vista da outra pessoa e ver as coisas tão bem pelo ângulo dela como pelo seu*

(Henry Ford)



## RESUMO

O desenvolvimento econômico é parte muito importante do estudo da economia. Em qualquer lugar, entender a história de como foram os rumos que o processo econômico tomou ajuda a compreender melhor a situação na qual a economia se encontra hoje. Esse estudo visa compreender melhor essa história no Brasil. São analisados autores da formação econômica brasileira para contextualizar a diferenciação que as cinco regiões possuem entre si. Nesse caso não será estudado somente o contexto econômico, mas também suas complementariedades: os contextos sociais e políticos. É amplamente utilizada a obra Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado para a realização dessa revisão bibliográfica. Com essa pesquisa qualitativa é possível compreender o funcionamento das dinâmicas econômicas para as diferentes regiões e o porquê dessas dinâmicas não funcionarem da mesma forma para as diferentes localidades. Os artigos contemplados nessa revisão mostram a similaridade que existe entre a compreensão ao longo do tempo do desenvolvimento desigual das regiões brasileiras. Os resultados mostram que os planos de desenvolvimento nacional não são suficientes para resolver a carência de recursos. Isso quer dizer que o governo federal acaba criando planos regionais para esse desenvolvimento econômico e também instituições, como por exemplo, a Sudene. Essa desigualdade impacta na produtividade regional da população e no consumo das mesmas e dessa maneira é possível verificar como os ciclos econômicos em certos lugares do país são difíceis de serem quebrados. Além disso, é possível verificar que as regiões necessitam de atenção especial em diferentes momentos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Econômico, Economia Brasileira, Desenvolvimento Desigual, Celso Furtado.

## **ABSTRACT**

The economic development is a very important part of the study of economics, anywhere, understanding the history of how the economic process has gone has helped to understand better the situation in which the economy finds itself today. This study aims to better understand this history in Brazil. In this study are analyzed the authors of the Brazilian economic formation to contextualize the differentiation between the five regions. In the case not only the economic context will be studied, but also its complementarities: the social and political contexts. Celso Furtado's Economic Formation of Brazil is widely used for this bibliographic review. With this qualitative research it is possible to understand the functioning of economic dynamic for different regions and why these dynamics do not work the same for different localities. The articles contemplated in the review show the similarity that exists between the understanding over time of the uneven development of Brazilian regions. Results show that national development plans are not sufficient to address resource shortages. This means that the federal government ends up creating regional plans for this economic development and also institutions, such as Sudene. This inequality impacts on the regional productivity of the population and their consumption and it is thus possible to see how economic cycles in certain parts of the country are difficult to break. In addition, it can be seen that regions need special attention at different times.

Keywords: Economic Development, Brazilian Economy, Unequal Development, Celso Furtado.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – População do Centro Oeste – 1970 a 2010

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás  
COFECON – Conselho Federal de Economia  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
FAPs – Fundações de Amparo à Pesquisa e Inovações  
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul  
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná  
GTDN – Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IED – Investimento Estrangeiro Direto  
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano  
IRPJ – Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas  
JK – Juscelino Kubitschek  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAS – Plano Amazônia Sustentável  
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIM – Pesquisa Industrial Mensal  
Pladesco – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
Prodoeste – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno  
Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste  
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	14
1.2 OBJETIVOS .....	14
<b>1.2.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1.3 Justificativa .....</b>	<b>14</b>
1.3 METODOLOGIA.....	15
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO: AS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....</b>	<b>17</b>
2.1 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	17
2.2 O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	18
2.3 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL.....	21
<b>3 O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES BRASILEIRAS.....</b>	<b>23</b>
3.1 CELSO FURTADO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO SÉC XX.....	23
3.2 SUDENE E A OPERAÇÃO NORDESTE.....	29
3.3 PLANEJAMENTO FEDERAL PARA O CENTRO OESTE.....	32
3.4 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO RELATIVA DO SUL CONFORME O BNDES.....	35
3.5 O SUDESTE E SEU FUTURO CONFORME O COFECON.....	37
3.6 INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL PELO BNDES PARA O NORTE.....	39
3.7 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E O PLANEJAMENTO REGIONAL.....	42
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA**

O desenvolvimento desigual é um grande problema do Brasil. Analisando regionalmente os aspectos de crescimento econômico, social e político, como saúde, educação, industrialização, políticas públicas, vemos que as regiões do nosso país não podem ser equiparadas dadas tantas diferenças desse desenvolvimento. Uma das finalidades desse trabalho é compreender como as regiões brasileiras diferem nas questões de desenvolvimento, focando, principalmente, nas questões econômicas. Então, esse estudo busca entender o porquê de as regiões serem tão diferentes umas das outras. Além disso, seguindo o modelo de revisão literária, esse estudo também busca entender as conclusões dos autores em comparação com a obra Formação Econômica do Brasil (FURTADO, 2005) fazendo uma síntese das políticas de desenvolvimento nas regiões brasileiras durante o século XX.

### **1.2 OBJETIVOS**

#### **1.2.1 Objetivo Geral**

Revisar a literatura que trata sobre o desenvolvimento econômico e as necessidades de políticas específicas por macrorregiões brasileiras. Deseja-se compreender as diferentes formas de ação do governo nessas regiões baseado nas histórias de formação delas, buscando identificar as divergências de políticas de desenvolvimento.

#### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Esse estudo busca conhecer melhor em que ponto as regiões do Brasil mais necessitaram do apoio do governo federal, e analisar, em termos teóricos, de forma simples, como as políticas econômicas específicas impulsionam ou retardam o desenvolvimento de determinada região. Além disso, esse estudo busca fazer essa análise a partir da perspectiva da obra de Celso Furtado, como o pensador fundamental do desenvolvimento regional brasileiro.

#### **1.2.3 Justificativa**

Esse tema é de extrema relevância para um melhor estudo sobre o desenvolvimento desigual, a formação econômica, a história econômica e a atualidade brasileira. Não é um tema extremamente inovador, mas interessantemente é um tema que traz informações mais minuciosas sobre as regiões brasileiras que possuem um estudo um pouco mais centralizado

nas grandes metrópoles brasileiras. A motivação partiu do intuito de se estudar um grande economista brasileiro que é Celso Furtado (2005), o maior autor sobre a formação econômica brasileira cuja obra Formação Econômica do Brasil completou 60 anos em 2019. Espera-se que esse estudo possa atingir o estudo do desenvolvimento econômico partindo do governo federal de uma forma mais descentralizada.

### 1.3 METODOLOGIA

A pesquisa será qualitativa analisando dados coletados no referencial bibliográfico, baseada em estudos, artigos e até mesmo livros publicados para esse tipo de abordagem, que é subjetiva, analisando os processos de formação das regiões, por fim, realizando uma revisão bibliográfica, tendo em vista que o objetivo dessa monografia é analisar e revisar os estudos sobre o desenvolvimento desigual em nosso país.

Nesse tipo de pesquisa qualitativa, as formas de coleta de dados, as leituras e as análises se tornam mais flexíveis e permitem um melhor entendimento das diferentes visões dos estudiosos sobre. As interpretações e as conclusões desse estudo são provisórias visto que existe uma limitação de pesquisa que é o tempo.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

O uso da obra de Celso Furtado (2005) será como a base teórica utilizando os capítulos que remetem ao desenvolvimento industrial brasileiro. Acompanhando essa obra serão contrapostos e equiparados artigos que corroboram para o entendimento do entrave do desenvolvimento brasileiro baseado nas desigualdades entre regiões, principalmente no Nordeste que tem uma atipicidade se comparada as outras regiões. Ou seja, nos resultados serão demonstradas as diferenças ou as similaridades entre os autores que serão utilizados nessa revisão.

Nesse trabalho serão utilizados autores de grande renome como o mencionado acima, Celso Furtado e fontes de alta relevância como o COFECON, o Centro Celso Furtado e a biblioteca digital do BNDES. Além disso, foram excluídos os artigos e livros que não passaram nos filtros de busca com as palavras desenvolvimento econômico, economia brasileira e desenvolvimento desigual.



## **2 REFERENCIAL TEÓRICO: AS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

### **2.1 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O desenvolvimento regional é maneira de se integralizar as regiões que são mais desfavorecidas na dinâmica de desenvolvimento nacional ou global. A assistência a essas regiões ocorre em forma de criação de políticas regionais para induzir um processo de desenvolvimento, e é um resultado do processo cooperativo dos agentes sociais locais.

A partir de 1960 os estudos sobre desenvolvimento começam a abordar os padrões de vida da população juntamente com seus níveis de consumo. É o início do grande estudo sobre o desenvolvimento social e a pobreza.

Anteriormente, na década de 1950, surge uma preocupação com os problemas regionais, gerando duas vertentes: as Teorias Clássicas da Localização e as Teorias do Desenvolvimento Regional. A primeira vertente vem da análise microeconômica de Isard com a suposição de uma cidade isolada que recebe seu fornecimento de fazendeiros que rodeiam o local e que competem entre si através dos custos com transporte e por essa concorrência existente, os mesmos procuram alugar terras mais próximas à cidade e aos poucos os aluguéis nos limites da cidade seriam mais baixos.

Já a segunda vertente surge com uma inspiração Keynesiana, com a análise macroeconômica (BELLINGIERI, 2017, p.12). Essa teoria fornece uma atividade econômica produtiva líder que vai gerar o dinamismo de sua localidade. Divididas em quatro categorias, as teorias do desenvolvimento regional podem ser:

- a) Base da Exportação: essa teoria afirma que para uma região, seus níveis de produção e de emprego dependem diretamente de suas atividades exportadoras. O que desencadeia alguns fatores exógenos que são: a procura externa, as vantagens comparativas da região em relação à outras regiões. O capital que entra na região e o efeito de propagação de produção através das exportações fazem com que a indústria motriz de cada região faça a localidade se desenvolver. Juntamente com isso, surgem as indústrias suporte que são derivadas da principal atividade econômica da região. Uma região vive de procura externa e deve adaptar-se para sobreviver (POLÈSE, 1998).
- b) Causação Circular Cumulativa: Myrdal é o principal teórico desse modelo. O autor recorre a ideia do ciclo vicioso para mostrar como ocorre um processo de

acumulação circular. Um fator pode ser positivo ou negativo para outro fator positivo ou negativo. Se um novo setor produtivo causa um aumento de renda e um aumento de demanda na região, essa nova produção também causará aumento de renda e de demanda nos demais setores produtivos dessa economia.

[...] as economias internas e externas sempre crescentes fortaleceram e mantiveram seu crescimento contínuo às expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou a norma [...]

MYRDAL, 1972, p. 52

Os fatores exógenos movimentam a economia. Logo, é justificada a intervenção governamental para neutralizar esse funcionamento circular de acumulação para diminuir as diferenças com outras regiões.

- c) Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-Regional do Crescimento: modelo de Hirschman que analisa como o desenvolvimento econômico de uma região pode ser transmitido para outra. Conforme o autor, o desenvolvimento ocorre quando existe a capacidade de investir. Esse fator depende dos setores mais alavancados e do empreendedorismo local de cada região. Sendo assim, as decisões de investimento transformam-se no principal fator da teoria de desenvolvimento e um grande artefato para as políticas econômicas (LIMA; SIMÕES, 2010).
- d) Polos de Crescimento: teoria criada por Perreux e Boudeville enfatiza que um polo econômico aparece quando uma indústria motriz, que se desenvolveu mais rapidamente que outras surge. E é essa indústria que dinamiza a vida regional, atraindo mais indústrias, aglomerando a população, estimulando o setor primário, proporcionais ao tamanho de sua população (SILVA, 2004).

As políticas derivadas dos estudos decorrentes desde a década de 1950 criam novas formas de se produzir e consumir em regiões delimitadas (que podem ser nacionais e internacionais). Assim sendo, essas políticas trabalham desde a obtenção de matérias primas até a comercialização da produção. No Brasil nós vemos o desenvolvimento ocorrendo de sua maneira própria devido ao cenário econômico mundial: “A discussão sobre a distribuição espacial da atividade econômica no Brasil e, em consequência, sobre políticas de desenvolvimento regional voltou à cena na década passada depois de ter ficado “adormecida” ao longo dos anos 80 e 90” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011). O desenvolvimento regional não está atrelado somente ao crescimento econômico, mas também a fatores sociais, culturais, ambientais e políticos que acompanham a melhoria da qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002).

## 2.2 O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

O potencial desenvolvimentista de cada região vem de suas políticas endógenas visando o processo de transformação local determinando a base para a atuação das políticas regionais de desenvolvimento. Determinar a causalidade do desenvolvimento de determinada região é uma atividade complexa. As teorias de desenvolvimento regional descrevem a forma como ocorre a difusão do crescimento através da economia, porém não explicam como ele surge. É por isso que as teorias de desenvolvimento endógeno procuram explicar o *porque* de uma atividade econômica surgir em delimitada região por via dos dados de renda e emprego para demonstrar que o desenvolvimento não é determinado por forças exógenas, mas, sim, por aspectos interiores à cada localização.

Determinando o progresso técnico como endógeno, territórios locais e regionais começam a adotar políticas ativas de desenvolvimento (BELLINGIERI, 2017, p. 16). Abrem-se possibilidades de aplicação de políticas que desenvolvam a região social, política e economicamente, como por exemplo, o uso do território como fator estratégico de desenvolvimento. O paradigma do desenvolvimento endógeno pode ser dividido em seis abordagens diferentes:

- a) Nova Teoria do Crescimento: se existem economias de escala grandes o suficiente, os produtores preferem abastecer o mercado nacional através de um único local. Isso causa minimização de custos com transporte e o produtor pode determinar uma posição na região que conte com uma demanda local grande (KRUGMAN, 1992, p. 20). É a relação que o custo de oportunidade com o desenvolvimento regional gera.
- b) Distrito Industrial: aglomerado de pequenas e médias empresas, que funcionam de forma estrita entre si (alto nível de coordenação cooperativa). O distrito industrial não é uma aglomeração planejada, só é possível conceituar um distrito industrial através da sua evolução histórica (BECATTINI, 1994).
- c) Ambiente Inovador: região orientada à autonomia para o desenvolvimento de inovações tecnológicas. É a capacidade de as empresas localizadas nessa região perceberem as inovações que estão surgindo ao seu redor (AMARAL FILHO, 2001, p. 275). Assim sendo, os atores têm a oportunidade de transformar a região em que estão localizados para evoluir e desenvolver o ambiente.
- d) *Cluster*: É a competitividade entre as empresas localizadas em uma concentração geográfica utilizando as externalidades positivas que uma economia de

aglomeração proporcional. A ideia é formar uma indústria-chave para transformá-las em líderes de mercado (AMARAL FILHO, 2001, p. 176). Essa indústria sendo líder de mercado faz com que ela seja o início de um desenvolvimento regional muito maior.

- e) Capital Social: os fatores de desenvolvimento estão ligados aos valores éticos, ao grau de confiança, à consciência cívica dos indivíduos que compõem uma sociedade. Segundo Putnam (2002) o capital social tende a ser cumulativo e o comportamento cívico muda muito lentamente. Além disso, o autor menciona que as regras informais costumam adentrar as instituições informais e isso é uma contra partida para o desenvolvimento e democracia. Ainda, isso acontece mais corriqueiramente nas culturas mais pobres de capital e de tradição familiar (cívica).
- f) Indústria Criativa e Economia Criativa: a indústria criativa traz setores econômicos que tem como base a criatividade humana (em geral conectado com os *softwares* e o mundo das artes) e a economia criativa é a continuação dessa indústria fazendo essa criatividade adentrar os demais setores econômicos, ou seja, é o potencial econômico da criatividade aplicado ao meio urbano. “Vê a essência da cidade criativa na confluência entre capacidade de geração tecnológica, formação de uma mentalidade aberta e tolerante, e atração de talentos” (REIS, 2017, p. 2-3). É o surgimento de um ambiente que é capaz de gerar valor agregado no sustento dessa criatividade.

Para o funcionamento das abordagens, é necessário que os planos regionais estejam relacionados com as estruturas de governança de cada região. Estruturas essas que são resultado das ações governamentais e privadas que interagem dentro de uma relação espacial, institucional, política e cultural específica (TAPIA, 2005). O governo possui, historicamente, um papel de grande relevância na criação dessas políticas que favorecem o crescimento econômico e fortalecem o âmbito produtivo no Brasil, especialmente a partir de meados da década de 1990 com a estabilização monetária após a implementação do Plano Real:

A questão regional, transmutada na discussão e nas propostas acerca do desenvolvimento local, passava a permear a agenda de discussões sobre o tema, ao tempo em que se questionava a visão da indústria como centro de propagação do desenvolvimento, ressaltando-se a importância da constituição de redes de atividades inter-relacionadas. Apesar desses movimentos, não foram recompostos os órgãos federais de fomento ao desenvolvimento, tampouco se criaram novas instituições suficientemente fortes para implementar programas capazes de transformar a estrutura das regiões menos desenvolvidas do país.

(UDERMAN, 2008, p. 105)

Houve o ressurgimento da temática do desenvolvimento regional que ocorrera até a década de 1970. No Brasil, ocorre a ascensão do paradigma do desenvolvimento endógeno valorizando os locais e seus atores, difundindo políticas e estratégias que são voltadas para o desenvolvimento em escala regional e municipal (BELLINGIERI, 2017, p. 7). Com esse aumento em políticas regionais o foco se volta ao bem-estar social e econômico. Ao longo dos anos são criadas instituições, fóruns e superintendências através do Estado para trabalhar exclusivamente com o diagnóstico e com as resoluções de problemas socioeconômicos de cada região no Brasil. Sendo assim, existe uma descentralização da administração pública brasileira para o melhor entendimento econômico de diferentes áreas e as formas para se solucionar as dificuldades específicas de cada se tornam mais pontuais.

### 2.3 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado foi apresentada por Leon Trotsky, que trabalhando com uma perspectiva que compreendia o capitalismo como uma totalidade contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas, afirmava que as regiões coloniais e semicoloniais não poderiam desenvolver a sua história em separado. Assim sendo, não seria possível superar o atraso passando-se a um estágio superior ainda dentro dos marcos do capitalismo (DEMIER, 2007, p. 1). Porém, somente a partir da década de 1980 que essa teoria começou a ser aplicada com mais assiduidade na geografia com David Harvey e Neil Smith no debate sobre as desigualdades socioespaciais (THEIS, 2009, p. 241). Nesse debate, alguns estudiosos utilizaram o desenvolvimento desigual e combinado, implícita ou explicitamente. Milton Santos, por exemplo, utilizou dessa teoria para explicar o caso brasileiro e involuntariamente escreveu sobre o desenvolvimento geográfico desigual: “...a cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada” (SANTOS, 2004, p. 56).

A urbanização desigual ocorreu juntamente com a industrialização brasileira. O desenvolvimento regional no Brasil tem suas divergências no que diz respeito à economia, política e sociedade. As regiões homogêneas em padrões de desenvolvimento não coincidem com as divisões administrativas territoriais e ao mesmo tempo é possível observar que não existe uma convergência a partir de 1970 no desenvolvimentismo das regiões. Esse fato desencadeia concentrações de regiões com o desenvolvimento baixo, especialmente no

Nordeste do país (CHEIN; LEMOS, ASSUNÇÃO, 2007). Dessa maneira, as divergências entre as regiões acabaram por tornarem-se maiores.

### 3 O DESENVOLVIMENTO NAS REGIÕES BRASILEIRAS

#### 3.1 CELSO FURTADO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO SÉC. XX

No final do séc. XIX a expansão cafeeira no Brasil se tornou favorável pelo alto valor de mercado na Europa. Isso vem do fato da descentralização da república que fez as questões de imigração passarem para os estados e essa questão foi muito abordada pelos fazendeiros de café do estado de São Paulo. Com o estímulo do crédito que estava sendo proposto pelo governo federal, esses cafeicultores conseguiram financiar novas terras e elevarem o preço do café na moeda nacional pela depreciação cambial. Celso Furtado entende que pela elasticidade da oferta de mão de obra e pela grande quantidade de terras os preços do café tenderiam a diminuir no longo prazo. Porém pelas razões citadas acima a oferta do café continuava a aumentar, não pelo aumento da procura, mas sim pela abundância de mão de obra e da vantagem relativa que esse produto ofereceu para a exportação tendo em vista que as produções na Ásia haviam diminuído (MCCOOK, 2008)

As condições que o Brasil possui para a produção cafeeira eram muito favoráveis tanto que no período do final do séc. XIX os fazendeiros do café brasileiros detinham cerca de três quartos da oferta do mundial. No início do séc. XX ocorreu a primeira crise de superprodução de café, os cafeicultores brasileiros se sentindo em posição privilegiada do mercado tentaram de forma política contrariar a oferta para reter parte dessa produção fora do mercado (FURTADO, 2005, p. 186). Os estoques de café iam aumentando ano após ano em decorrência das crises de 1893 e de 1897 (essas crises depreciaram o preço do café). Isso causou uma perda de renda para os produtores e para a nação brasileira que garantia uma boa parcela do produto interno com o café. Com essa situação agravada o governo resolveu lançar uma política pública de reestabelecimento do equilíbrio do café comprando os excedentes não vendidos e o financiamento dessas aquisições viria através de empréstimos externos. No longo prazo os governadores estaduais se sentiram na obrigação de desencorajar novas plantações.

No nível regional, os plantadores de café detinham mais poder de pressão política. Entre 1891 e 1897 os grupos de fazendeiros acabam pressionando o governo federal dada a depreciação do preço do café e ao mesmo tempo comerciantes aproveitavam essa situação para se oporem aos plantadores em busca de poder político.

A valorização partiu dos estados cafeicultores que tinham a liberdade de criar impostos para as exportações. Assim, esses estados buscaram no exterior crédito para

continuar aumentando a produção. Mantendo os preços elevados se mantinham lucros elevados, então o negócio do café continuava sendo atrativo. O que acontecia era que a forma artificial de se manter a oferta era simplesmente um processo de transferência para o futuro de um problema que ia se tornando cada vez mais grave (FURTADO, 2005, p. 189). Entre 1927 e 1929 as exportações conseguiam absorver somente dois terços da produção do café e com a retenção da oferta restante os preços do produto continuavam elevados. Isso quer dizer que os preços, futuramente, não poderiam manter-se tão elevados já que o mercado não estava absorvendo a totalidade da produção mesmo com o aumento da renda *per capita* de países como os Estados Unidos. A situação que foi criada acabou se tornando insustentável pelo fato de que a produção retida em estoques estava acumulando e não existia nenhuma maneira desse café ser utilizado em um futuro previsível.

Era inviável para os cafeicultores seguirem políticas de desestímulo se não se abrissem outras portas para investirem o lucro da produção do café, isso sabendo que a rentabilidade cafeeira era muito alta. Como mostra Furtado (2005), a política de defesa dos preços do café foi aplicada precipitadamente. Mesmo tendo uma boa recepção de início ela fez se aprofundar a crise cafeeira no Brasil.

A baixa elasticidade da oferta interna de bens em resposta a preços fomentou um crescimento das importações e essa acumulação de café criou pressões inflacionárias. Com a crise de 1929 todas as reservas metálicas acumuladas através de empréstimos externos que serviam para financiar os estoques de café foram retiradas pelo capital em fuga do Brasil. (FURTADO, 2005, p. 190)

O café continuou sendo produzido em larga escala alcançando o ápice de produção em 1933. Isso por causa das plantações que foram feitas entre 1927 e 1928. Porém, não era mais possível obter empréstimos do exterior para financiar novas retenções de estoque de café. Isso porque as reservas do governo caíram e a depressão no mercado internacional de capitais afetou o crédito. Assim sendo, o preço internacional do café começou a cair significativamente. Com a não diminuição do consumo do café em países com rendas altas, as instituições de intermédio do comércio cafeeiro transferiram a responsabilidade de suas perdas para os cafeicultores brasileiros. Isso tendo em vista que a procura era pouco elástica em relação a variação do preço do café. A depreciação da moeda trazia junto consigo a baixa do preço do café e os cafeicultores começaram a pressionar a produção no mercado. E esse ciclo se repetia até o ponto de que os produtores de café teriam um prejuízo tão grande que teriam que abandonar as plantações. Para isso não acontecer e o estoque de café não utilizável



pudesse continuar pressionando o mercado internacional, as colheitas eram feitas e conseqüentemente eram destruídas pela falta de crédito para a manutenção dos estoques. Essa política funcionou, porque a produção cresceu durante a década de 1930 mesmo com os preços menores. Assim, a renda dos produtores não diminuiu tanto quanto o preço unitário pela quantidade vendida no mercado internacional. Sem saber, o Brasil praticou uma política anticíclica porque mesmo com a produção de café sendo destruída a cafeicultura continuou mantendo empregos. Dessa forma, o mercado tornou-se instável devido às políticas governamentais que buscavam uma receita maior no longo prazo. (DELFIM NETTO, 2009).

Em termos de comércio externo, as exportações não eram suficientes para cobrir as despesas com importações que aconteciam pela renda criada por essas mesmas exportações. Ou seja, esse à atividade cafeeira era responsável pelo desequilíbrio externo do país. Para corrigir esse desequilíbrio era necessário regular como o poder aquisitivo externo que a moeda nacional tinha. Assim sendo, o que ocorria era uma elevação nos produtos importados e ao corrigir esse desequilíbrio externo o que acontecia era um desequilíbrio interno. Pela contração de compra dos produtos estrangeiros a produção interna ficava afetada pela procura. O que era algo bom porque o dinamismo iria se alterando para o consumo interno. (FURTADO, 2005, p. 205)

Nesse momento da história econômica brasileira vemos o mercado interno sendo ligado ao processo de formação de capital. Parte do capital em lucros começa a ser absorvido por outros setores como por exemplo a agricultura de exportação. O algodão, por exemplo, em 1934 já correspondia a 50% do valor da produção cafeeira (FURTADO, 2005, p. 208). O mercado interno estava a todo vapor nos anos que seguem a crise. Tanto a produção agrícola como a industrial superaram rapidamente os efeitos da crise. O motivo disso é a queda das importações que manteve o nível de procura interna alto que por consequência manteve a rentabilidade alta. O aproveitamento das indústrias já existente cooperou para a criação de fundos para a expansão das mesmas. E uma forma de investimento que ocorreu na indústria brasileira foi adquirir equipamentos usados no exterior através de empréstimos de longo prazo e baixas taxas de juros concedidos pelos Estados Unidos para uma estruturação da indústria brasileira. (GUDIN; SIMONSEN, p. 58, 2010).

A procura por bens de capital coincide com a expansão das exportações (que foi um fator de grande relevância no aumento da renda). Mas, a instalação desse tipo de indústria tem grandes desvantagens em países subdesenvolvidos porque o mercado é reduzido. A partir de 1930, o pensamento econômico brasileiro focou o desenvolvimentismo progressivamente com

o projeto da industrialização como forma de se superar a pobreza e o subdesenvolvimento no Brasil (BIELSCHOWSKY, 1988). Extremamente favorável sabendo que as condições de importações estavam precárias e a partir de 1931 as indústrias de ferro, aço e cimento começam a crescer com um grande marco para a indústria brasileira: parte dos materiais necessários para expandir o setor estavam sendo produzidos nacionalmente.

Essas modificações grandiosas na estruturação econômica brasileira trouxeram desequilíbrios, principalmente na balança de pagamentos. Com a queda das importações e o aumento das exportações, aconteceu uma modificação da situação cambial que desestabilizou a produção interna já que qualquer modificação na taxa de câmbio acarretaria uma alteração no nível dos preços relativos dos produtos importados e produzidos no país que concorriam em um mercado pequeno (FURTADO, 2005, p. 213). Pela situação da guerra a taxa cambial diminuiu, isso trouxe uma instabilidade na economia brasileira porque esse fator aumentava o poder de compra no exterior, ou seja, produtos exportados pelo Brasil teriam um valor mais baixo. E em contrapartida a valorização da moeda nacional barateou a aquisição de produtos importados.

Houve forte deslocamento de recursos dentro da economia brasileira para suprir na produção de produtos que eram procurados no mercado externo e essa situação agravou ainda mais os efeitos de desequilíbrio interno. Dadas as condições da guerra apesar das importações estarem mais baratas e as exportações fluírem mais tranquilamente com a mudança da dinâmica de exportação, existia o controle de bens exportáveis pelos países e existia também um controle do transporte marítimo. De certa forma, não existiu uma mudança significativa em nenhuma das duas modalidades. Então, com a grande produção interna que o Brasil possuía a acumulação de reservas se tornou inevitável. Com esse acúmulo de reservas automaticamente houve um aumento dos preços da oferta de bens e serviços gerando o desequilíbrio.

O desequilíbrio gerado pela elevação de preços é mais difícil de ser contido porque cada grupo utiliza a sua renda de forma diferente. Então, é difícil de prever como a população irá gastar toda a sua renda e a dificuldade de neutralizar esse excedente de renda causa problemas em na introdução de controles em pontos estratégicos. No pós-guerra o governo começa a industrializar por vias de substituição de importações pelo fato de os níveis de importações serem altos e similares aos de 1929, antes da diminuição de compras no exterior e a utilização do mercado interno da década de 1930 (FERREIRA; VELOSO, 2012). Para

controlar esse novo desequilíbrio o governo decidiu fazer uma série de controles seletivos de importações. Conforme Conceição:

O largo período que transcorreu até a recuperação mundial logo seguido da Segunda Guerra Mundial obrigou a economia do País a voltar-se sobre si mesma desenvolvendo novas atividades produtivas, com apoio em faixas de demanda interna até então atendidas pelas importações. Sob a pressão de uma redução drástica na capacidade para importar iniciou-se, assim, um processo de substituição de importações que se manteve até a época atual levando a um grau de diversificação industrial e a taxas de crescimento bastante mais acentuadas do que as de quase todas as nações latino-americanas.

(CONCEIÇÃO, 2010, p. 69)

Essa política criou uma redução relativa das importações de manufaturas acabadas de consumo. Isso trouxe para o setor industrial uma dupla vitória: a concorrência na produção de bens de consumo era mais baixa e as matérias-primas e equipamentos poderiam ser adquiridos a preços relativamente baixos (FURTADO, 2005, p. 227). O que o setor industrial fez foi transferir a melhora no setor como a população com uma baixa de preços. Então não é possível dizer que esse setor reteve a totalidade do benefício gerado por essa situação cambial.

Já o setor agrícola se adapta através da alta nos preços de exportação e influenciando no mercado interno, já que é natural que o setor interno queira nivelar sua remuneração com base no padrão que é estabelecida pelo setor de exportação. O que ocorreu foi uma contração na oferta dos produtos agrícolas dentro do Brasil porque o setor de exportação estava favorável e essa decisão se manifesta em um momento que a renda dos consumidores está crescendo. Dessa maneira, nós vemos que após a maturação da produção agrícola o nível de preços interno pode ter subido, porém, se esses preços caem, aumenta-se a produção para o mercado interno ao mesmo tempo em que a renda dos consumidores é diminuída. O Brasil tem um longo histórico que demonstra como o setor agrícola causa uma ampliação dos desequilíbrios que não surgem aqui. Isso traz a visualização do quão difícil é estabilizar o nível geral de preços para uma economia como a brasileira. (FURTADO, 2005, p. 229)

Os empresários industriais com as importações a preços baixos de matérias-primas e equipamentos representa o aumento da renda real da coletividade em tempos de alta produtividade e baixo consumo no exterior advindos do período de guerra. Essa importação barata significa um aumento da produtividade econômica. O crescimento do ritmo do desenvolvimento da economia brasileira nesse período pós-guerra está fundamentalmente ligado à política cambial. Com as inversões cada vez mais favoráveis aos produtores industriais, os mesmos acabavam retendo um lucro maior tendo em vista que os preços de produção interna aumentaram e a expansão da renda monetária pressiona os setores ligados ao

mercado interno sobre o nível geral de preços, gerando processos inflacionários. Era esperado que esses efeitos inflacionários entre o aumento da renda monetária do setor exportador e os incrementos das importações fossem amortecidos pelas autoridades monetárias, diminuindo o crédito enquanto a liquidez se expandia.

A expectativa de Celso Furtado para os próximos decênios é que existiria uma progressão no centro dinâmico brasileiro voltado para o mercado interno. Isso porque conforme uma economia se desenvolve o comércio exterior vai se modificando (FURTADO, 2005, p. 243). Mas não é possível negar que no Brasil existiu uma interdependência do setor externo com o desenvolvimento interno até fins dos anos 1930. Uma transformação que possivelmente foi prevista por Celso Furtado (2005, p. 232) é que será reduzida a importância do setor externo no processo de capitalização, ou seja, as indústrias de bens de capital crescerão com maior intensidade se comparadas com todo o conjunto industrial. Segundo o autor somente assim será criada uma condição especial que defendera o nível de emprego e o ritmo de crescimento (FURTADO, 2005, p. 246). É frisada também a questão das articulações regionais e como elas foram interessantes, porém conforme o desenvolvimento industrial acontece existe uma tendência de que ocorra uma concentração regional de renda e uma grande disparidade de renda *per capita* conforme a concentração nos grandes pólos industriais vão ocorrendo e regiões que foram importantes no desenvolvimento econômico do Brasil perdem a sua relevância. Conforme Furtado:

Assim como na primeira metade do século XX cresceu a consciência de interdependência econômica - à medida que se articulavam as distintas regiões em torno do centro cafeeiro-industrial em rápida expansão -, na segunda poderá aguçarse o temor de que o crescimento intenso de uma região é necessariamente a contrapartida da estagnação de outras.

(FURTADO, 2005, p. 249)

Essa concentração de renda regional é um fenômeno que pode ser observado em vários lugares do mundo e em um país tão grande quanto o Brasil é de se esperar que esse processo se prolongue. Uma das causas para isso pode ser a pobreza de recursos naturais de uma determinada região. Um fato também criado pela expectativa de Celso Furtado é o fluxo da mão de obra de regiões com baixa produtividade para regiões com alta produtividade pressionando os níveis de salários. Isso faz com que as regiões mais pobres sofram na industrialização e as tensões regionais podem voltar. Os processos de desenvolvimento econômico para as próximas décadas eram esperados pelo autor como sendo integrações regionais e não somente articulações (FURTADO, 2005, p. 251). Dessa maneira, seriam

aproveitados mais racionalmente os recursos no conjunto da economia nacional cooperando para um aumento na oferta de alimentos:

O processo de integração econômica dos próximos decênios, se por um lado exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país. A oferta crescente de alimentos nas zonas urbanas, exigida pela industrialização, a incorporação de novas terras e os traslados inter-regionais de mão-de-obra são aspectos de um mesmo problema de redistribuição geográfica de fatores.

(FURTADO, 2005, p. 252)

Por fim, Furtado (2005) diz que as inversões de capital na infraestrutura poderão ser melhores aproveitadas porque os recursos serão menos dispersos e se isso acontecer a taxa média de crescimento da economia tenderá a aumentar.

### 3.2 SUDENE E A OPERAÇÃO NORDESTE

O último Governo de Vargas foi minado de grande instabilidade (DELGADO, 2005) após a morte do presidente em um curto período de dois anos (1954-1956) a república brasileira tem outros três políticos como presidente. Com a eleição de Juscelino Kubitschek e a implementação do seu Plano de Metas a expectativa que é criada é muito grande para que esse plano de desenvolvimento funcione. Porém, tendo em vista as condições da economia brasileira naquele momento, muitas barreiras foram encontradas. Mesmo assim, era um momento de mudanças, com o Brasil alcançando novos patamares do consumo capitalista, a população tendia a migrar para os grandes centros urbanos brasileiros (CABRAL, 2011, p. 19). O que aconteceu é que a grande ambição de JK era a construção da nova capital nacional, Brasília. Isso fez com que grande parte dos recursos fossem remanejados para essa nova cidade no cerrado brasileiro enquanto poderiam estar sendo aplicados em políticas sociais onde existiam poucos investimentos, onde predominava a carência dessas formas de suporte federal: a região Nordeste.

A Região Nordeste nessa época já era conhecida como um lugar com falta de empregos, fome e principalmente as secas. Os governadores que também foram recém-eleitos criaram uma grande discussão sobre o abandono da região por parte do governo federal. Apreensivo com a desaprovação de suas decisões, em 1959, JK convoca “produtores de ideias” para debaterem e criarem novas possibilidades para a melhora de como a população brasileira via seu governo. Celso Furtado era uma dessas pessoas convocadas para essa reunião e com persuasão mostra ao presidente da república que não existia, de fato, uma eficácia das políticas vigentes para o Nordeste. Isso porque Furtado notou que os grandes

produtores agrários da região se apossaram do DNOCS (CABRAL, p. 20). Dessa maneira, todo o sistema de açudagem, que foi criado com uma política para a produção de alimentos na região, entrou em crise. Para Furtado, o governo deveria criar uma base para o desenvolvimento da industrialização no Nordeste e juntamente aumentar a oferta de alimento. (CABRAL, 2011, p. 22). Com toda a explicação que Furtado fez nessa reunião, mostrando dados e apresentando a ideia de que o Nordeste deve ter um plano de desenvolvimento global e não ações desconexas, JK estimula Celso Furtado a criar as novas políticas para a região, no que veio a ser chamado de “Operação Nordeste”.

Entre 1950 e 1960 existe uma grande atuação das Ligas Camponesas. Essas Ligas eram compostas por trabalhadores rurais que lutavam pelo fim da exploração do trabalho pelos grandes produtores agrários e reivindicavam a criação sindical, algo que muitos presidentes anteriormente já tentaram fazer porém sem êxito, com os representantes da Confederação Rural Brasileira, que em grande parte eram proprietários de terra, barrando a aprovação do pedido feito ao Ministério. Furtado teve um grande papel em divulgar a situação nordestina para o país. Como uma figura pública ele concedeu diversas entrevistas, principalmente para os jornais da capital, que ainda era o Rio de Janeiro. Nessas entrevistas ele explicava melhor sobre a Operação Nordeste e abria a pauta da crise da oligarquia agrária que assolava a região. Essas entrevistas trouxeram o Nordeste para o debate nacional. A opinião pública foi, e ainda é, uma parte muito importante para barrar a resistência de parlamentares do Congresso Nacional e foi de frente ao Congresso que Furtado colocou a Operação Nordeste. Esse apoio público de transformação do Nordeste afrouxou as decisões dos parlamentares e isso foi um grande avanço que acabou resultando na fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

Com a Sudene, Furtado mostra que a açudagem é uma política ilusória e que cada vez mais afasta o Nordeste do Centro-Sul, gerando o desenvolvimento desigual. O que o economista fez, foi uma abordagem diferente, cujo foco estava em colocar o nordestino para trabalhar e viver dentro da sua região, para que o restante do país parasse de enxergar a região nordestina como um fardo à nação. A Operação Nordeste foi criada para reabilitar o Nordeste e explorar a industrialização que ainda era muito fraca. (CABRAL, p. 24)

Ainda no ano de 1959 é instalado o Codeno e é realizado o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste. Boa parte dos membros do Codeno estavam presentes nesse Seminário que buscava atrair investimentos para a região nordestina do Brasil e foram convidados para participar alguns grupos financeiros de diversos países, esses países foram:

França, Bélgica, Japão, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Israel e Alemanha Ocidental (CABRAL, 2011, p. 27). Um outro intuito desse Seminário também era procurar subsídios para o início da Operação Nordeste através dos órgãos especializados e governos estaduais (todos os nove governadores da região estavam presentes). Celso Furtado determinou uma ordem de tratamento dos problemas que existiam na região, ou seja, existia uma preferência de onde maiores investimentos e subsídios seriam utilizados inicialmente.

Cerca de 400 pessoas estavam presentes nesse Seminário e o direcionamento da abertura dos trabalhos ficaram a cargo de Furtado (CABRAL, 2011, p. 28). Esse Seminário encerrou um dia depois e foram apresentadas as novas políticas para o Nordeste pelo presidente e sua comitiva, com o Nordeste no foco do debate nacional político e econômico foi possível conquistar a confiança da imprensa e dos espectadores. Após esse encontro em agosto de 1959 é discutida a Lei da Irrigação, pauta central de Celso Furtado na Operação Nordeste: a agricultura. O desperdício da água era enorme e privilegiava os grandes latifundiários que plantavam, por exemplo, bananas, que necessitavam de uma mão de obra mínima. Os mesmos problemas retornam: os representantes nordestinos se voltam contra o projeto da Lei da Irrigação apesar de existir apoio das Forças Armadas. Essa lei previa a regulação do uso da terra e da água e era imensurável seu valor para o desenvolvimento industrial na região, pode-se dizer que era um ensaio para uma posterior reforma agrária, assunto muito discutido no Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste.

Até 1964, Celso Furtado comandava a Sudene. A Sudene era uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República (CABRAL, 2011, p. 30). A Sudene trabalhava para suprir a falta de comunicação entre o Nordeste e o governo federal, era um órgão de planejamento e de coordenação de políticas sejam elas sociais ou econômicas. O principal ponto de comparação que surgiu para a decisão da fundação da Sudene foi o Centro-Sul que estava muito a frente em relação a industrialização, deixando cada vez mais evidente a disparidade entre os desenvolvimentos econômicos das regiões do Brasil. Antes de aprovada a lei que criou a Superintendência, foi possível observar que parlamentares tentavam tirar do projeto a subordinação do DNOCS da Sudene. Com criação da Sudene em 15 de dezembro de 1959, existe uma polêmica com a nomeação do superintendente entre Celso Furtado e Apolônio Sales. Porém, no dia 08 de janeiro de 1960, Celso Furtado é nomeado por JK para o cargo e é apoiado, principalmente na mídia porque cooperaria para um desenvolvimento do Nordeste fora da política partidária (CABRAL, p. 31).



As políticas criadas pela Sudene foram aumentando suas abrangências conforme o passar do tempo. Furtado priorizava os empresários locais. Uma das medidas tomadas foi a abdicação do imposto de renda, por parte das empresas, para repassar ao Nordeste. A Sudene buscava trabalhar com os investimentos desenvolvendo os nordestinos que tivessem algo para apresentar (CABRAL, 2011, p. 32). Furtado trabalhou como um progressista no Nordeste, buscando a consciência regional. O Nordeste tem características físicas e climáticas muito diferentes do resto do país. Por ser um lugar muito atípico, acabou surgindo a oligarquia agrária nordestina que era combatida pelas Ligas Camponesas. Ou seja, a Operação Nordeste e a Sudene de Celso Furtado buscavam acabar com a hegemonia produtiva com uma nova fase industrial e empresarial na região. A grande questão desse impasse no desenvolvimento do Nordeste que permanece até hoje é o fato de que os governadores e líderes políticos nordestinos tinham fortes laços com o Congresso Nacional e a com a oligarquia produtiva regional. Sendo assim, a ideia de desenvolvimento criada pela Sudene não conseguiu alcançar seus objetivos na sua totalidade. Durante o período como superintendente (1959-1964) é possível observar que Celso Furtado ele trouxe uma confiança maior para o desenvolvimento com justiça social. A criação da Sudene tinha uma pressuposição: o fluxo de evasão de capitais tinha que inverter (ARAÚJO, 2006, p. 68). A dinamização da economia nordestina era o ponto alto da internalização que Furtado tinha como proposta: “O Brasil passa da condição de país primário exportador para um país de base industrial importante. E, sobretudo, o mercado interno passa a comandar a dinâmica econômica do país.” (ARAÚJO, 2006, p. 60). A superintendência de Furtado teve uma grande relevância para a região, porém diferentemente do Centro Oeste que teve uma experiência de criação econômica, o Nordeste teve foco em desenvolver a economia que estava estagnada.

### 3.3 PLANEJAMENTO FEDERAL PARA O CENTRO OESTE

Iniciando a década de 1930 ocorre um movimento que ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”. A região Centro Oeste do Brasil possui a nascente de três grandes bacias hidrográficas da América do Sul: A Platina, A Amazônica e a São Francisco. Por ser na região central do país o Centro Oeste é uma grande área de circulação desde o início dessa Marcha dessa forma o governo federal vem ao longo dos anos procurando que a região seja mais povoada e assim participando mais da economia do país, ou seja, por parte do governo sempre se procurou para a região um desenvolvimento mais unificado.

A Marcha para o Oeste foi criada por Getúlio Vargas e visava a povoação do Norte do país e o que realmente ocorreu foi uma povoação do Centro Oeste. Como observa Lima Filho:



A Marcha para o Oeste, representada pela Expedição Roncador – Xingu, deslocaria a Fronteira para o sudoeste goiano e para os vales dos rios Araguaia, Xingu e Tapajós, construindo estradas, pistas de aviões, fazendas de gado, cidades, enfim, semeando modernidade pelas mãos dos expedicionários, bandeirantes do século XX. (LIMA FILHO, 2001, p. 26)

Na década de 1930, ocorreu um marco que foi a construção de Goiânia, que na realidade foi a primeira ação política para a criação de uma modernidade na região Centro Oeste. Pedro Ludovico, que era o único político goiano que apoiou a Revolução de 1930 lidera o processo. Com isso Vargas muda a capital da cidade velha de Goiás para Goiânia (HADDAD, 2013, p. 3). A cidade de Goiânia foi construída entre 1933 e 1937. Ainda antes da Expedição Roncador – Xingu, temos a criação da CANG em 1941. A CANG era uma das colônias agrícolas que foram criadas pelo governo federal que ajudaram muito na urbanização da região, isso porque nos anos seguintes os imigrantes acabaram usando essas colônias como assentamentos. A CANG atraiu para a região muitas empresas do ramo alimentício e assim foi desenvolvido todo um sistema rodoviário que permitiu que a região de Ceres e Anápolis (regiões próximas de onde seria construída Brasília) se conectassem com o restante do Brasil.

Vargas procurou com a Marcha para o Oeste aumentar a segurança nacional, visto que entre 1939-1945 ocorria a Segunda Guerra Mundial, o então presidente percebeu que a capital nacional que era a cidade do Rio de Janeiro estava muito vulnerável. Com essa Marcha foram criadas novas áreas de povoamentos que permitiram a urbanização e a criação de estruturas econômicas da agroindústria (que era um dos objetivos da Marcha) trazendo assim nova participação no desenvolvimento econômico brasileiro. Isso fez com que os governantes enxergassem o Centro Oeste de uma maneira diferente e a região começou a participar dos planejamentos futuros para o crescimento econômico nacional.

Como planejamentos federais a partir de 1967, de certa forma inspirada nos modelos da Sudene, se dá a criação da Sudeco, que começou a gerir todas as políticas que foram implantadas na região com um vínculo com o Ministério do Interior (HADDAD, 2013, p. 6). A principal característica que a Sudeco buscou trazer para a região foi a demonstração de que ali era uma área estratégica, dessa maneira essa superintendência criou programas para fortalecer a região economicamente durante a criação dos PNDs (I e II).

Na década de 1970, o governo cria o Prodoeste, entre 1972 e 1974, que buscava trazer investimentos na área estrutural da região como rodovias para escoamento de produção, saneamento e mudança nos cursos das águas. Economicamente, buscava-se criar a infraestrutura para os produtores rurais conseguirem escoar sua produção para o Centro-Sul

brasileiro. Ainda em 1972 ocorreu a criação do Pladesco, que tinha uma visão mais centralizada para a região tentando implementar melhorias nas condições de habitação nos grandes centros urbanos para a região conseguir ter uma maior significância no PIB nacional com uma força de trabalho mais especializada conforme a renda aumentasse. Dessa forma, o Pladesco tinha como perspectiva o crescimento econômico. O Polocentro de 1975 tinha o objetivo de modernizar as atividades econômicas agropecuárias.

Além desses programas de desenvolvimento econômico, o Centro Oeste teve programas de assentamento urbano. Eram programas que procuravam fazer os imigrantes se estabelecerem em determinadas áreas da região, o principal deles foi o Programa Espacial da Região Geoeconômica de Brasília, com a dificuldade de assentar a população na nova capital nacional, a taxa de imigração de Brasília foi de aproximadamente 14,4% (HADDAD, 2013, p. 8). Isso ocorreu pelo fato de Brasília ter tomado toda a atenção do governo federal e esse mesmo governo acabou negligenciando a população periférica (que era formada em sua grande maioria por nordestinos). Essa população periférica por sua vez se afastou de Brasília em cidades no entorno da capital nacional. Isso corroborou para a diminuição da área de influência de Brasília e para a não metropolização da mesma. Tanto que em 1998 foi criada a RIDE para diminuir todas as desigualdades regionais que foram criadas por essa alta concentração urbana próxima ao Distrito Federal (HADDAD, 2013, p. 10).

A Sudeco foi extinta na década de 1990, por problemas e eficiência da máquina federal e corrupção. No entanto, com seus objetivos-metas que foram submetidas através dos programas de desenvolvimento regionais, é possível verificar um grande alcance dos planejamentos para essa área do Brasil. A população aumentou consideravelmente com esses programas:

**Tabela 1 – População do Centro Oeste – 1970 a 2010**

	1970	1980	1991	2000	2010
Centro Oeste	4.629.040	7.003.515	9.412.242	11.616.745	14.058.094
Mato Grosso do Sul	1.010.731	1.401.151	1.778.741	2.074.877	2.449.024
Mato Grosso	612.887	1.169.812	2.022.524	2.502.260	3.035.122
Goiás	2.406.007	3.229.219	4.012.562	4.996.439	6.003.788
Distrito Federal	546.012	1203.333	1.598.415	2.043.169	2.570.160

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

Além disso, é possível observar como a região se tornou referência na produção agropecuária. A territorialidade extensa, as terras planas em abundância de recursos hídricos da região permitiram a criação de latifúndios para produção de soja, cana de açúcar, bovinos, entre outros (HADDAD, 2013, p. 13). Por parte do governo federal os investimentos para região retornaram com o PAC em 2007. Principalmente com investimentos em transporte, energia e programas de habitação (HADDAD, 2013, p. 16). Em 2011 retorna a Sudeco com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste (2007 – 2020).

A região foi extremamente contemplada pelos programas de desenvolvimento nas áreas de infraestrutura de transportes, isso porque economicamente era favorável escoar a produção em massa do Centro Oeste para as regiões mais ao sul do Brasil. Isso fez com que o setor agropecuário fosse usado para povoar a região com investimentos em condições de trabalho e infraestrutura pública.

#### 3.4 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO RELATIVA DO SUL CONFORME O BNDES

Os três estados da região Sul são muito parecidos social e economicamente. Desde o início do séc. XX essa região vem trazendo uma boa colaboração para o PIB nacional, em especial através do setor primário e secundário. A industrialização nessa região começou através das políticas aplicadas para a substituição das importações. Nos anos 1990 o Brasil abriu as portas para a entrada de IED e a região entrou na competição com o mercado externo, os setores mais dinâmicos da região sentiram o impacto dessa concorrência externa e com isso existe uma tendência a decadência dessa economia regional. Coube então ao governo federal repensar o rumo do Sul (MONTIBELLER FILHO; GARGIONI, 2014, p. 312).

A urbanização na região Sul já chega a 85,53% de seus habitantes (SILVESTRIN, 2016). A concentração de renda na região é menor se compararmos com a média nacional. Dessa maneira, do ponto de vista do desenvolvimento desigual, essa é a região com menor desigualdade socioeconômica: “A literatura econômica aponta que a Região Sul do Brasil é a que apresenta os menores graus de desigualdades, uma vez que seus estados têm as mais baixas disparidades regionais e a diferenciação de renda entre eles é a menos expressiva” (BAPTISTELLA; FERREIRA; SOUZA, 2007, p. 83).

Até a metade do séc. XX a agricultura era o grande componente da economia regional (boa parte da produção era direcionada ao mercado). A região Sul é uma região com muitos imigrantes que se estabeleceram por aqui durante a metade do séc. XIX. Esses imigrantes estabeleceram comércio dentro de seus povoados e conseqüentemente começaram a produzi-

los. Isso gerou na região uma grande tradição de indústrias muito longevas, sendo algumas delas as grandes indústrias da região, como por exemplo, a indústria têxtil em Santa Catarina. Com essa tradição de indústrias na região Sul, através de políticas nacionais nas décadas de 1940 e 1950 o estímulo da produção industrial interna se volta para a região para favorecer os cafeicultores da região Sudeste e isso foi seguido pela política de estímulo de iniciativas internas de produção para barrar a entrada de produtos externos (MONTIBELLER FILHO; GARGIONI, 2014, p. 314). Essa forma de industrialização ocorreu até a década de 1980. Então com os imigrantes e as políticas, com o passar dos anos as pequenas empresas industriais se tornaram grandes empresas. Em 2012 o Sul alocava localmente 25,6% dos empregos na indústria (FIESC, 2014).

Na década de 1980, no cenário nacional, é observada quase que uma extinção das barreiras tarifárias e alfandegárias e isso acontece coincidentemente com o esgotamento de possibilidade de crescimento econômico somente compreendido na substituição das importações. E, então estrategicamente na década de 1990 iniciam-se medidas para eliminar a inflação gerada nesse período de estagnação econômica com o Plano Real. Ou seja, essa é uma nova entrada do Brasil na globalização. A estrutura de custos internos que foi criada trouxe aos produtores locais dificuldades na competitividade se comparado com a China, por exemplo. É possível visualizar isso na balança comercial do período (MONTIBELLER FILHO; GARGIONI, 2014, p. 317). O que aconteceu na região Sul foi um movimento de aumento das importações que não foram acompanhadas por um aumento das exportações na mesma escala.

Então, o que realmente acontece na Região Sul é a perda de competitividade no mundo globalizado. Isso ocorre do fato de que a estrutura de produção da região praticamente não sofreu alterações enquanto o mundo com novas tecnologias e a entrada de produtos a preços muito baixos continua acontecendo. Especificamente em Santa Catarina, é possível verificar uma desindustrialização e dada a questão de que a região se desenvolveu ao longo dos anos de uma mesma maneira social e economicamente, a queda relativa do setor industrial pode acontecer nos outros dois estados. As inovações são a essência da competitividade (MONTIBELLER FILHO. GARGIONI, 2014, p. 319), ou seja, novos produtos e novos processos colocam os produtores dentro do cenário econômico global e isso inclui o mercado interno.

Para o desenvolvimento dessa região, é necessário focar não somente nas políticas públicas econômicas, mas também nas sociais (dado que a população possui indicadores

sociais muito similares) e mais recentemente as questões ambientais também são de grande importância. Então no cenário atual da competitividade econômica global é necessária a reestruturação do setor secundário visto que esse setor emprega uma parcela significativa da região. Diferentemente das regiões menos habitadas do país os planos de desenvolvimento não podem levar em conta somente o ponto de vista econômico, é necessário entender a dimensão social. Mas não somente isso, a dificuldade na competitividade advém também das cargas tributárias em excesso, câmbio desfavorável e a falta de estímulo à inovação (esse estímulo deve vir através do governo).

Uma pesquisa foi realizada pela FIERGS, FIESC e FIEP, chamada Projeto Sul Competitivo, para identificar como funciona o transporte de cargas na região, tendo em vista que a região é industrializada e precisa exportar sua produção e sugeriu prioridades para essa área de transportes até 2020. Também com o estudo “O Futuro da Nossa Indústria” (FIESC, 2013) a Federação identifica onde os investimentos para o desenvolvimento industrial devem ser feitos e como os setores estratégicos da indústria podem trazer novamente o estado de Santa Catarina para o desenvolvimento saudável econômico.

O apoio público procura a inovação que está em falta na região Sul do Brasil. As inovações trazem competitividade no longo prazo. As FAPs buscam dar preferência para as inovações que são sustentáveis gerando maior qualidade ambiental, emprego e renda. (FILHO; GARGIONI, 2014, p. 322).

Juntamente com a região Sudeste, o Sul vem sentindo os impactos de estímulos e restrições macroeconômicas, ao longo do tempo as restrições e a não evolução tecnológica industrial trouxe um déficit comercial muito grande para a região. Então, uma política que seja mais agressiva, por parte dos agentes de inovação poderá dinamizar novamente a economia da região Sul, com o objetivo de alcançar a níveis comparáveis às áreas mais desenvolvidas do planeta (MONTIBELLER FILHO; GARGIONI, 2014, p. 324), e assim elevar a competitividade da região para cooperar no PIB nacional com a exportação industrial.

### 3.5 O SUDESTE E SEU FUTURO CONFORME O COFECON

É claro que Celso Furtado colocou em pauta as diferentes formas de desenvolvimento que aconteciam no território brasileiro. Ele também percebeu que não são somente os fatores naturais, como clima que causam o subdesenvolvimento. O processo histórico mostra como as diferentes regiões dependeram de diferentes tipos de produção, como a cana no Nordeste, por exemplo. O Sudeste já tem uma história de grande participação industrial no país e até hoje é caracterizada como uma grande protagonista da economia brasileira. Porém, além de possuir a

maior participação no PIB nacional e é a região que possui maior polos de pobreza urbana (RETAMIRO, 2018, p. 45).

O Sudeste teve um grande período de industrialização que foi de 1930 até 1980, porém com o início da industrialização do restante do país, ocorre um processo de desindustrialização, paralelo ao processo de desindustrialização da região Sul. A área industrial paulista teve um mesmo processo de desindustrialização que ocorreu na região metropolitana do Rio de Janeiro, dado que a região do norte do estado carioca conseguiu se manter no segmento petrolífero.

O que falta para a reversão dessa desindustrialização é o investimento em infraestrutura, o estado de Minas Gerais sofreu uma diminuição do crescimento econômico justamente pela logística, que diferente dos outros estados da região Sudeste, não possui litoral. O estado do Espírito Santo, por exemplo, procurou o setor primário, especificamente no extrativismo para compensar essa desindustrialização e falta de investimentos que estava ocorrendo. Entre 2002 e 2015 a indústria extrativa cresceu 296% enquanto a indústria de transformação cresceu somente 3% no mesmo período (RETAMIRO, 2018, p. 45).

A região Sudeste teve um crescimento até 2010, porém diferentemente da região Sul que mantém indicadores sociais e econômicos muito parecidos, os estados dessa região começaram a trabalhar de forma autônoma para a reversão dessa desindustrialização. Com a análise da PIM (junho 2018) é notado que existe uma grande dependência da indústria no Sudeste, tanto que a produção física da indústria geral ficou abaixo dessa mesma produção da média nacional, em um período de 12 meses compreendido entre julho de 2017 e junho de 2018. Juntamente com isso, os esforços para a recuperação da produção da indústria acabam perdendo a sua eficiência quando ocorre a paralização dos caminhoneiros. Ou seja, existe um impacto que vem de outras regiões do Brasil no Sudeste. É possível perceber que as instituições de ensino e pesquisa (que na região Sudeste são as que possuem maior renome) não foram bem utilizadas no que se diz respeito a criação de inovações para a substituição do modal rodoviário. Não existiu nenhum tipo de orientação ou demanda por parte do governo federal para essa finalidade. A desindustrialização nessa região é caracterizada pela redução na geração de emprego e renda na economia. No período de 2012 a 2017 os empregos no setor de serviço se mantiveram praticamente estáveis enquanto houve uma redução média de -4,7% ao ano no setor industrial (PED DIEESE, dez 2017).

Outro argumento é que a região perde oportunidades que podem proporcionar fluxos de investimentos públicos e privados, como por exemplo a exploração do pré-sal que poderia gerar um parque industrial muito grande e inovador (RETAMIRO, 2018, p. 47).

Um parque industrial de petróleo pode reaquecer siderurgia, a construção civil, bens intermediários, entre outros. Além disso, existe toda a questão da exploração do combustível que vai desde a ampliação da oferta até a comercialização em âmbito nacional. É notável que a exploração e os investimentos públicos e privados se fossem visados para acabar com a desindustrialização do Sudeste se tornariam para o segmento petrolífero que incentivaria a indústria de transformação por muito tempo. A ausência de políticas anticíclicas tem caracterizado como o governo federal gere os recursos nacionais (RETAMIRO, 2018, p. 48). A região Sudeste é extremamente afetada com as políticas de redução da participação do governo na economia, como por exemplo, a Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos que acaba limitando os gastos públicos corrigido na variação do IPCA do exercício anterior. Isso, em uma região tão densamente populosa, acaba barrando o crescimento industrial, por ser um lugar que precisa de maior infraestrutura, maior educação e maior saúde.

O que ocorreu no Sudeste foi a dissipação da atividade econômica, muitos empresários acabaram mudando seus segmentos, principalmente para o setor financeiro (que recebe uma parcela generosa dos investimentos). O que falta é mais investimentos em áreas que exigem demanda, como por exemplo, a eficiência energética. Numa possível agenda futura, a região Sudeste, por produzir maior parte do PIB nacional, poderá ditar uma nova forma para o crescimento econômico nacional. Então é necessário um planejamento de estratégias econômicas de longo prazo que gerem investimentos regionais que possam reduzir as disparidades que ocorrem dentro do Sudeste. Sendo assim, é observável que a região perdeu oportunidades de desenvolvimento pelo foco do governo estar em conectar regiões menos densas geograficamente ao Centro-Sul brasileiro. Na subseção 3.6 pode-se verificar os programas desenvolvimentistas do governo federal.

### 3.6 INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL PELO BNDES PARA O NORTE

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional define quais são os critérios de prioridades a serem concedidas a determinado território contemplando uma abordagem microrregional. O BNDES trabalha com esse critério que determina a renda domiciliar, mas não executam suas ações exclusivamente nesse critério de prioridade, sendo assim o BNDES trabalha em cooperação com a Sudam.



Essa superintendência foi criada no ano de 1966 para executar o plano de valorização econômica da região amazônica através de convênios com entidades públicas e privadas e com financiamento do Banco da Amazônia S.A. Além disso, a Sudam tinha como objetivo controlar o desequilíbrio na relação população-território. Através das medidas governamentais propostas pela entidade possibilitava-se o adensamento populacional e estendiam-se as políticas econômicas. A superintendência foi extinta em 2001 no governo FHC e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ABREU; LOURENÇO NETO; MAGALHÃES, 2009).

A Sudam promove os incentivos fiscais na Amazônia Legal e trabalha no apoio da criação das políticas de desenvolvimento pro Norte do país. Em 2012 ocorreu a Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional e a Carta da Região Norte procurou diretrizes que trabalhassem com o desenvolvimento sustentável da região, procurando estimular atividades econômicas que não fossem ofensivas ao meio ambiente (CORREA *et al.*, 2014, p. 52). Então dessa forma, na renovação do PNDR a região Norte prezou pela forma como a instalação de projetos de larga escala afetam os interesses locais, ou seja, como essas instalações possuem o apoio local. Como prioridades para a região estão o investimento em moradia, saneamento básico, melhoria na mobilidade através de hidrovias, entre outros.

56% da população pobre do Norte do país vivem em áreas rurais (BECKER, 2011), pode-se compreender que são áreas que possuem menor presença do governo. Ou seja, através do Plano Brasil Sem Miséria ocorreu uma busca mais ativa para levar o Estado até essa população nortenha mais carente e identificar como os benefícios do Território da Cidadania podem ser distribuídos através de financiamento pelo BNDES.

Também ocorreu a formulação do Plano Amazônia Sustentável que visava trazer um desenvolvimento mais sustentável para a região diminuindo as desigualdades regionais. O PAS foi um marco pelo fato de reformular a maneira de se desenvolver economicamente o Norte buscando utilizar os recursos naturais para inovar e gerar empregos. O BNDES apoiou o PAS com o Fundo Amazônia, que é uma reserva utilizada para reduzir o desmatamento fomentando atividades produtivas sustentáveis para a região. A Embrapa, por exemplo, estuda toda a forma de extrativismo das seringueiras de uma forma que gere empregos e sustentabilidade justamente para conseguir trazer os recursos do Fundo Amazônia para esse setor.

O governo federal teve um papel determinante para o desenvolvimento industrial da região Norte, especialmente com a criação da Zona Franca de Manaus em 1957 e em 1967



essa Zona virou uma área de exceção fiscal pelo fato da posição geopolítica dela. O que aconteceu não foi uma expansão da Zona Franca, mas sim uma área de maior progressão de tecnologia produtiva que trouxe um aumento na competitividade, e visto que esse aumento de técnicas mais sofisticadas funcionou a Zona Franca recebe incentivos fiscais federais, benefícios estaduais e municipais e incentivos parafiscais para atrair investimentos privados (um exemplo é a compra de terrenos a preços simbólicos) (CORREA *et al.*, 2014, p. 58). Então ocorrem reduções dos tributos federais como IPI e IRPJ, no âmbito estadual temos a restituição no pagamento de impostos e a prefeitura concede a isenção do IPTU. Com essas políticas a Zona Franca de Manaus se tornou uma área com uma diversidade setorial muito grande, fortalecendo esse polo produtivo. Em conjunto com isso, tendo uma área específica para a indústria o bioma amazônico foi aliviado no estado do Amazonas nas questões de desmatamento da floresta e detém mais recursos para essas atividades de indústria.

O PAC do governo federal teve grande impacto sobre o Norte do país com investimentos que atingem R\$ 6,2 bilhões (MORAES, 2009), isso porque a partir de 2007 a infraestrutura da Amazônia foi melhorada, então pela busca ativa que o Território da Cidadania fez, as áreas mais remotas da Amazônia agora têm contato com os centros urbanos. Em relação ao transporte rodoviário, a região Norte é a região com menor extensão de malha terrestre isso devido ao desmatamento da floresta amazônica, das áreas indígenas e das chuvas constantes (CORREA *et al.*, 2014, p. 61). Quase a totalidade das estradas pavimentadas foram construídas entre 1960 e 1970 então isso afasta a região Norte do restante do território nacional. O que se destaca pelas dificuldades de logística é o transporte hidroviário. O Norte brasileiro possui mais de vinte mil quilômetros de rios navegáveis, isso faz com que os minérios, combustíveis e grãos sejam escoados por rios. Aqui foi possível observar uma maior participação do PAC na criação de dragagens, sinalizações, eclusas e construções de terminais hidroviários de carga e de passageiros, gerando assim uma maior segurança para os habitantes. O Ministério das Comunicações também participou na tentativa de diminuir a desigualdade social do Norte aumentando a inclusão digital para áreas mais afastadas da Amazônia e isso trouxe um bom sistema de educação à distância, por exemplo. Essa chegada dos dados móveis ocorreu através do Programa Cidades Digitais em 2012.

O que acontece na região Norte é a existência de muitas articulações que não existem em outras regiões, pelo fato de ser mais afastada e ser povoada de uma forma diferenciada do resto do Brasil (levando em conta a população indígena e ribeirinha). Isso fez com que a região se desenvolvesse e crescesse economicamente de uma forma mais lenta com exceção

da Zona Franca de Manaus, então boa parte do investimento que ocorreu no Norte veio do governo federal através dos planos de desenvolvimento e crescimento que foram apoiados em sua grande maioria pelo BNDES. Conclui-se que os planos desenvolvimentistas foram grandes aliados do meio ambiente e do povoamento da região de uma forma saudável.

### 3.7 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E O PLANEJAMENTO REGIONAL

Planejar considerando a história e a geografia de um lugar coopera para que os interesses e necessidades de cada território sejam atendidos. Em casos de planejamentos e decisões tomadas em países subdesenvolvidos como o Brasil vemos uma autonomia reduzida. Todas as decisões que são de grande importância são influenciadas e até determinadas por questões que não estão sob controle (como abordado nas subseções 2.1 até 2.3). Isso indica que a formação do capital é reproduzida de uma forma desigual (THEIS, 2016, p. 82). Para o Brasil existem duas hipóteses para justificar o planejamento: planejar para alinhar o desenvolvimento com base no capital (reduzindo-se assim as incertezas) ou atendendo as necessidades e interesses das populações regionais (extraíndo de forma ilimitada todo o trabalho e todos os recursos naturais). O planejamento regional no Brasil tomou forma com Celso Furtado e esses planejamentos ocorreram durante o séc. XX, em especial, na segunda metade dele. Antes disso observa-se as formações geográficas que eram voltadas para a economia cafeeira, ou seja, o Sudeste brasileiro. E assim é possível verificar como os contrastes de acumulação de capital na periferia são atenuantes do desenvolvimento regional desigual.

Em março de 1959 JK leva ao público o primeiro planejamento de desenvolvimento regional do Brasil. Esse documento apresentado foi Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste (GTDN, 1959). Foi a primeira tentativa de se controlar o capital para diminuir a desigualdade regional no Brasil. Em 1962, Celso Furtado, que era então o Ministro Extraordinário do Planejamento começa a trabalhar com o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, porém com o golpe militar de 1964 o planejamento regional se descaracteriza por sua formulação acaba se desconectando de qualquer representação da sociedade (THEIS, 2016, p. 86). O que significa que os planos agora trabalhavam com a valorização do capital sem considerar suas consequências e aumentando ainda mais as desigualdades socioespaciais. Os programas de desenvolvimento começam a aparecer, como o Prodoeste e o Polocentro (mencionados anteriormente). Esses programas eram completamente desconexos uns dos outros.

Somente na metade dos anos 1980 que os setores mais conservadores começam a perder força para os setores mais populares, que eram mais politizados. Com a redemocratização da república o liberalismo econômico perde força. A acumulação originária vem da reprodução constante dos meios de vida dos seres humanos e seus efeitos multiplicam no desenvolvimento geográfico e econômico. O Brasil com suas condições históricas de formação coopera para o desenvolvimento desigual em seu território. Com a independência, com a república e com o fim da escravidão nos vemos regiões brasileiras se distanciando cada vez mais. O Nordeste perde espaço para o Sul/Sudeste região que produzia o café e cada vez mais a concentração da riqueza era controlada pelos cafeeiros. O que também ocorria era o grande contingente de descendentes que escravos que viviam nas regiões economicamente decantes e que empobreciam ainda mais (THEIS, 2016, p. 91).

Pelo processo tardio de industrialização brasileira que iniciou a partir dos anos 1930, a geografia concentrada contribuiu para o agravamento da desigualdade. Ainda sobre a industrialização nós vemos os processos de aceleração que ocorreram durando os anos 1950 e durante o milagre econômico que veio associado a uma diferenciação de renda e concentração de riqueza. O que ocorreu então foi uma divisão do trabalho entre as regiões, uma especialização produtiva em cada região que até hoje perpetua a industrialização restrita geograficamente e concentrada no Centro-Sul brasileiro. Acontece que a conformidade da realidade econômica e cultural no país foi um resultado de uma atuação desnorteadada do capital e não ações governamentais planejadas. Pouquíssimos foram os momentos de planejamento para que o capital entrasse na tendência de exploração sem limites. O que se pode concluir é que a formação social brasileira se mantém periférica e dependente enquanto o capital continua concentrado nas grandes metrópoles e cidades de produção industrial (THEIS, 2016, p. 92).

Politicamente, por parte do governo, as estratégias eficazes são aquelas que entram nos processos da democracia e que contam com a participação ativa dos indivíduos que compõem a população propondo o aprofundamento de experiências que foram fundadas por produtores diretos (THEIS, 2016, p. 93).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre as políticas desenvolvimentistas aplicadas separadamente nas macrorregiões brasileiras. A literatura apresentou vertentes diferentes para a criação dessas políticas públicas. Conforme os estudos sobre desenvolvimento regional desigual começam a surgir na década de 1960, teorias são criadas para serem aplicadas individualmente baseadas nas necessidades de cada região e sua população.

O estímulo ao crédito que apoiou o desenvolvimento da cultura do café na região de São Paulo no final do século XIX moldou boa parte das divergências em criações e aplicações de políticas para o desenvolvimento durante o século XX quando lembra-se da insistência do governo em manter essa economia funcionando. O que trouxe a estagnação de outras regiões conforme o setor industrial começou a se instalar na mesma área. Pode-se observar a ação governamental divergindo nas aplicações do desenvolvimentismo no Brasil: mais ao norte do país, até hoje, são maiores as formas de políticas para o aumento da capacidade econômica, levando em consideração que existem mais microrregiões pouco desenvolvidas conforme historicamente é verificado. Já no Centro-Sul brasileiro após décadas de políticas para o desenvolvimento industrial nota-se a estagnação do setor. As oportunidades instantâneas de desenvolvimento que foram aproveitadas marcaram, inclusive, a região Centro Oeste que pela baixa densidade demográfica desenvolveu grandes latifúndios e foi uma das regiões mais contempladas no que se diz respeito à infraestrutura para escoamento de produção agropecuária.

Os planejamentos de políticas desenvolvimentistas no Brasil durante todo o século anterior seguiram a tendência de reprodução desigual do capital reduzindo, dessa maneira, as incertezas para com o desenvolvimento econômico no futuro. Mas as teorias de desenvolvimento regional não foram aplicadas em suas totalidades no país. Os planos regionais para o desenvolvimento ainda não estão inteiramente conectados com as estruturas governamentais das regiões apesar da criação de instituições que trabalham para que essa conexão se torne mais forte utilizando técnicas que combinem para o desenvolvimento econômico levando em conta o espaço geográfico. Ainda mais, tendo em vista que o Brasil utilizou, no período apresentado, o comércio externo como meio para o desenvolvimento econômico e dadas as diferenças regionais apresentadas nesse trabalho, as regiões têm volatilidades diferentes para com os fatores exógenos, como por exemplo, crises financeiras

internacionais. Assim sendo, o desenvolvimento regional global tem suas restrições políticas, econômicas e sociais.

O grande obstáculo no desenvolvimento brasileiro durante o século XX foi a visão governamental de desenvolver as regiões e setores vantajosos para o âmbito macroeconômico, ou seja, setores mais produtivos a nível internacional. Uma visão que, na prática, não pode ser aplicada em um país onde ainda não existe uma base firme de crescimento econômico em todo seu território. Deixando assim, as regiões menos desenvolvidas com condições mais fracas para um desenvolvimento econômico saudável (vestígios que podem ser observados na atualidade). É possível assim, notar que durante o século passado, no Brasil, não existiram sinais de convergência na administração e desenvolvimento das cinco regiões.

Considerando todos os aspectos analisados nessa síntese de políticas de desenvolvimento aplicadas regionalmente no Brasil durante o século XX, pode-se concluir que a relevância trazida pelo entendimento do desenvolvimento desigual regional nos mostra novas áreas a serem estudadas posteriormente. Recomenda-se estudos com foco nessa interação entre desenvolvimento global, nacional, e regional, e as oportunidades que uma forma mais integrada de desenvolvimento podem trazer, de forma a orientar as tomadas de decisões de governos, entidades públicas, empresas, municipalidades e toda a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de; LOURENÇO NETO, S.; MAGALHÃES, M. **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam>>. Acesso em 3 jan 2020.

AMARAL FILHO, J. do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23. IPEA. 2001.

ARAÚJO, T. B. de; Mesa 1 – Revisitando a Questão Regional. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 59-76. Centro Celso Furtado, 2006.

BAPTISTELLA, J. C. F.; FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. de C. I. Concentração de Renda na Região Sul e Estado do Paraná: A Contribuição das Aposentadorias e Pensões. **Revista Faz Ciência**, Cascavel, v. 9, n. 9, p. 81-102. UNIOESTE. 2007.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BELLINGIERI, J. C.; Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: Uma Revisão Bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 2, n 37. UNIFACS. 2017.

BIELSHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Brasília: IPEA, 1988.

CABRAL, R. 1959. Das Ideias à Ação, A SUDENE de Celso Furtado – Oportunidade Histórica e Resistência Conservadora. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 6, p. 17-34. Centro Celso Furtado, 2011.

CHEIN, F.; LEMOS, M. B.; ASSUNÇÃO, J. J. Desenvolvimento Desigual: Evidências para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3. FGV. 2007.

CORREA, A. L.C. *et. al.* Iniciativas do Governo Federal para o Desenvolvimento do Norte e Oportunidades de Atuação Coordenada. **Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento: Amazônia**, Brasília, p. 45-75. Produção BNDES, 2014. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14394/3/Iniciativas%20do%20governo%20federal\\_1\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14394/3/Iniciativas%20do%20governo%20federal_1_P.pdf)>. Acesso em: 29 out 2019.

DELFIM NETTO, A. **O Problema do Café no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DELGADO, L. de A. N. Brasil: 1954: Prenúncios de 1964. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34. UFMG. 2005.

DEMIER, F. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Leon Trotsky e a Intelectualidade Brasileira: Breves Comentários sobre uma Relação Pouco Conhecida**. Campinas: 5º Colóquio Internacional Marx Engels, 2007. Disponível em: <[https://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/paginas/gt3sessao3.html](https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/paginas/gt3sessao3.html)>. Acesso em: 5 jan 2020.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2017/2017pedsao.html>>. Acesso em: 20 set 2019.

FERREIRA, P. C.; VELOSO, F. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Pós-Guerra**. Rio de Janeiro, Biblioteca Digital FGV, 2012. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14054/O\\_Desenvolvimento\\_Economico\\_Brasileiro\\_no\\_Pos\\_Guerra.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14054/O_Desenvolvimento_Economico_Brasileiro_no_Pos_Guerra.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 05 jan 2020.

FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. O Futuro da Nossa Indústria. **Indústria e Competitividade**, Florianópolis, n 2. 2013.

FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA; FIERGS – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; FIEP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Projeto Sul Competitivo**. 2012. Disponível em: <[http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/release\\_noticia/1ca87aa9d4687b9575b6956c6c0c085.pdf](http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/release_noticia/1ca87aa9d4687b9575b6956c6c0c085.pdf)>. Acesso em: 10 out 2019.

FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados**. Disponível em: <[http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site\\_topo/pei/produtos/show/id/46](http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/produtos/show/id/46)>. Acesso em: 2 set 2019.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar**, 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

GUDIN, E.; SIMONSEN, R. A **Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2010.

GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>>. Acesso em: 10 out 2019.

HADDAD, M. B. **O Planejamento Federal para o Desenvolvimento Regional do Centro Oeste**, Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Distrito Federal**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df.html>>. Acesso em: 26 out 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Goiás**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go.html>>. Acesso em: 26 out 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mato Grosso**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>>. Acesso em: 26 out 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html>>. Acesso em: 26 out 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Paraná**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html>>. Acesso em: 2 set 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Mensal**. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim\\_pfr\\_2018\\_jun.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2018_jun.pdf)> . Acesso em: 20 set 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>>. Acesso em: 2 set 2019.



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Catarina** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html>>. Acesso em: 2 set 2019.

KRUGMAN, P. **Geografia y comercio**. Barcelona: Antonio Bosch, 1992.

LIMA FILHO, M. F. **O Desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

LIMA, A.C da C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19. UNIFACS. 2010.

MCCOOK, S. Chronicle of a Plague Foretold Crop Epidemics and the Environmental History of Coffee in the Americas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39. UFMG. 2008.

MONTIBELLER FILHO, G.; GARGIONI, L. S. Desenvolvimento da Região Sul do Brasil. **Um Olhar para o Desenvolvimento: Sul**, Brasília, p. 310-325. Produção BNDES, 2014. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3682/2/Desenvolvimento%20da%20Região%20Sul\\_12\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3682/2/Desenvolvimento%20da%20Região%20Sul_12_P.pdf)>. Acesso em: 5 set 2019.

MORAES, G. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Rio de Janeiro: FGV. 2009. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>>. Acesso em 3 jan 2020.

OLIVEIRA, G. B. de; Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48. FAE 2002.

OLIVEIRA JÚNIOR, M. de; **De que Política de Desenvolvimento Regional o Brasil Precisa?**, São Paulo: Brasil, economia e governo. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2011. Disponível em <http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2011/10/de-que-politica-de-desenvolvimento-regional-o-brasil-precisa.pdf>>. Acesso em: 5 jan 2020.

POLÈSE, M. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: APDR, 1998.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

REIS, A. C. F. **Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana**. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/cidadescriativas/ana-carla-fonseca-cidades-criativas.pdf>>. Acesso em: 03 jan 2020.

RETAMIRO, W. Região Sudeste. **Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON**, Brasília, n. 29, p. 44-49. 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, J. A. S. **Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: Uma Análise Urbano-Regional Baseada em Cluster**. 2004. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concentração social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139. 2005.

TAVARES, M. da C. **Desenvolvimento e Igualdade**, Brasília. IPEA. 2010. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3272/1/livro\\_MariadaConceiçãoTavares-desenvolveigualdade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3272/1/livro_MariadaConceiçãoTavares-desenvolveigualdade.pdf)>. Acesso em: 20 jan 2020.

THEIS, I. M. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v n. 131, p. 79-97. IPARDES. 2016.

THEIS, I. M. Do Desenvolvimento Desigual e Combinado ao Desenvolvimento Geográfico Desigual. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 241-252. UFPA. 2009.

UDERMAN, S. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: Limites de uma Nova Agenda para o Nordeste**, São Paulo, p. 105-129. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2008.